



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

FASE PRELIMINAR – PROVA OBJETIVA

Nome: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--

Instruções

- Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta correta (**A, B, C, D** ou **E**) e assinale-a à **tinta na folha de respostas**.
- Iniciada a prova, não faça mais qualquer tipo de consulta. Reclamações a respeito das instruções ou do conteúdo das questões serão possíveis somente após a realização da prova, pela via adequada, à autoridade competente.
- Observe que o tempo de duração da prova é de **5 horas**.
- Verifique se este caderno contém **100** questões. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

Instrução: Para responder às questões de números 01 a 11, considere o texto abaixo.

Lavagem Cerebral

01 Em 1974, Patty Hearst, herdeira de um império de comunicação, morava na Califórnia, cursava faculdade
02 e preparava seu casamento. Até que, numa bela noite, foi sequestrada por um grupo paramilitar esquerdista
03 e dois meses depois reapareceu, armada com um rifle e uniformizada, assaltando um banco. Durante um ano
04 e meio, participou de várias ações, atacando mais dois bancos, roubando lojas e fugindo da polícia. Ninguém
05 entendeu nada: o que transformou aquela garota rica de 19 anos em uma guerrilheira urbana? Quando final-
06 mente foi capturada pela polícia, Patty explicou: tinha sido submetida a uma lavagem cerebral. Foram cinquenta
07 e sete dias trancada em um armário, sofrendo maus-tratos físicos e psicológicos. Teve gente que duvidou da
08 explicação, achando que se tratava de desculpa esfarrapada. Mas, por outro lado, o que explicaria uma
09 mudança tão

10 Apesar de não existir consenso sobre até que ponto é possível substituir convicções e comportamentos,
11 não faltam estudos sobre o processo de lavagem cerebral. Seja qual for a estratégia usada para mudar as
12 convicções de alguém, é essencial o elemento surpresa. Isso porque somos programados para reagir imedia-
13 tamente a estímulos intensos: quando um ladrão pula na sua frente ou um carro vai em sua direção, o cérebro
14 não perde tempo com análises. O caso nem passa pelo córtex pré-frontal, responsável pelo raciocínio complexo;
15 vai direto para áreas cerebrais menos evoluídas, que decidem rapidamente o que fazer. Ou seja, quem quiser
16 provocar novas crenças e comportamentos em alguém precisa criar situações que exijam reações automáticas,
17 pois nelas o processo consciente é desativado.

18 Existem duas maneiras de deixar o sujeito estressado, frágil, cansado e, conseqüentemente, mais
19 aberto a novas ideias. A primeira é a lavagem cerebral forçada, em que isso é alcançado com tortura, privação
20 de sono e jejum. O segundo método, mais comum, é o induzido, em que a vítima é envolvida em um “intensivão”.
21 Pessoas que se dizem manipuladas por igrejas e cultos religiosos descrevem um programa intenso de ativi-
22 dades, palestras, celebrações e tarefas como distribuir panfletos, limpar o chão, fazer comida. nessa
23 rotina, que geralmente prevê poucas horas de sono, a vítima fica tão cansada que literalmente não tem tempo
24 para pensar sobre o que está acontecendo.

25 Segundo a escritora Kathleen Taylor, a principal arma para evitar manipulações é, basicamente, “parar
26 e pensar nas coisas”. Sem se deixar levar pela afobação, fica fácil resistir tanto ao discurso nacionalista de
27 um político quanto ao papo emocional de um pregador religioso. Segundo Denise Winn, autora do livro *The*
28 *Manipulated Mind*, um olhar bem-humorado sobre as coisas é útil para escapar da associação emocional exa-
29 gerada, peça-chave da lavagem cerebral. “O humor ajuda você a ter perspectiva e sacar quem não tem. Des-
30 confie de líderes, vendedores e *experts* que não conseguem rir de si próprios”, diz a jornalista.

31 Outro ponto importante é não a influência que o meio e a autoridade podem ter sobre nós, já me-
32 dida em experimentos clássicos de psicologia social. A necessidade de ser aceito em um grupo leva muitas
33 vezes ao “efeito rebanho”, identificado na década de 1950 pelo psicólogo americano Solomon Asch e muito
34 antes por quem inventou a expressão “maria-vai-com-as-outras”.

35 Isso não significa que você precisa ter um pé atrás com toda opinião que for diferente da sua. Ser persua-
36 dido e mudar de ideia não tem problema nenhum. O importante é saber que nossa mente não está pronta e aca-
37 bada, mas permanentemente em obras. Entender que somos influenciáveis e que nossa identidade é mutante
38 nos torna mais espertos para avaliar uma tentativa de persuasão – com o córtex pré-frontal, por favor.

(Adaptado de AXT, Barbara. *Lavagem Cerebral*. março, 2009)

01. De acordo com o sentido global do texto e as pistas contextuais dos parágrafos, assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 09, 22 e 31.

- (A) racional – Emersa – subestimar
- (B) radical – lmersa – subestimar
- (C) racional – lmersa – superestimar
- (D) radical – Emersa – subestimar
- (E) racional – Emersa – superestimar

02. Considere as atitudes propostas abaixo para fazer frente ao risco da lavagem cerebral.

- I - Manter sempre a coerência entre as convicções e os comportamentos no cotidiano.
- II - Utilizar o humor como instrumento para examinar criticamente assuntos e pessoas.
- III - Considerar seriamente o poder do grupo e da voz da autoridade sobre nós mesmos.

Quais delas contêm sugestões trazidas pelo texto?

- (A) Apenas III
- (B) Apenas I e II
- (C) Apenas I e III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

03. Assinale a alternativa em que todas as formas verbais, conforme seu uso no primeiro parágrafo do texto, têm o mesmo sujeito gramatical.

- (A) **morava** (linha 01) – **assaltando** (linha 03) – **entendeu** (linha 05)
- (B) **foi sequestrada** (linha 02) – **entendeu** (linha 05) – **tinha sido submetida** (linha 06)
- (C) **reapareceu** (linha 03) – **sofrendo** (linha 07) – **duvidou** (linha 07)
- (D) **assaltando** (linha 03) – **transformou** (linha 05) – **sofrendo** (linha 07)
- (E) **foi capturada** (linha 06) – **tinha sido submetida** (linha 06) – **sofrendo** (linha 07)

04. Os nexos **Apesar de** (linha 10), **que** (segunda ocorrência da linha 23) e **quanto** (linha 27) introduzem no texto, respectivamente, ideias de

- (A) concessão, consequência e comparação.
- (B) condição, causa e comparação.
- (C) concessão, causa e comparação.
- (D) condição, consequência e proporção.
- (E) concessão, causa e proporção.

05. Assinale a assertiva **incorreta** sobre o emprego de pronomes no texto.

- (A) O pronome **Isso** (linha 12) retoma o conteúdo da frase anterior.
- (B) Na linha 17, o pronome **elas**, que compõe a combinação **nelas**, refere-se à palavra **situações** (linha 16).
- (C) O segmento **o sujeito** (linha 18) poderia ser substituído pelo pronome *alguém*, sem prejuízo do sentido expresso pela frase.
- (D) O pronome **que** (linha 19) retoma o segmento **a lavagem cerebral forçada** (linha 19).
- (E) Os pronomes **você** (linha 35) e **sua** (linha 35) remetem, naquele contexto, ao leitor do texto.

06. Assinale a alternativa em que a palavra composta inclui um elemento que originalmente é um advérbio.

- (A) **maus-tratos** (linha 07)
- (B) **pré-frontal** (linha 14)
- (C) **bem-humorado** (linha 28)
- (D) **peça-chave** (linha 29)
- (E) **maria-vai-com-as-outras** (linha 34)

07. O prefixo que ocorre na palavra **desativado** (linha 17) também está presente em

- (A) reativado.
- (B) ativismo.
- (C) desastrado.
- (D) demasiado.
- (E) desventura.

08. Assinale a alternativa em que a relação entre a preposição e a palavra que a exige está **incorreta**.

- (A) **em** (linha 05) – **transformou** (linha 05)
- (B) **sobre** (linha 10) – **consenso** (linha 10)
- (C) **a** (linha 13) – **imediatamente** (linhas 12-13)
- (D) **por** (linha 21) – **manipuladas** (linha 21)
- (E) **por** (linha 34) – **identificado** (linha 33)

09. Se a expressão **O caso** (linha 14) fosse substituída por *As decisões*, também deveria(m) sofrer modificação(ões) obrigatória(s) na frase

- (A) duas formas verbais, apenas.
- (B) duas formas verbais e dois adjetivos, apenas.
- (C) duas formas verbais e um adjetivo, apenas.
- (D) uma forma verbal e um adjetivo, apenas.
- (E) uma forma verbal, apenas.

10. Considere a possibilidade de substituir a forma verbal **transformou** (linha 05) por cada uma das apresentadas abaixo.

- I - *transformara*
- II - *teria transformado*
- III - *transformaria*

Com base no sentido global do parágrafo, quais delas poderiam substituí-la sem que se alterasse a relação temporal entre a pergunta e os fatos ali narrados?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

11. Considere a possibilidade de substituição das seguintes marcas de pontuação por ponto-final.

- I - Dois-pontos na linha 05
- II - Ponto-e-vírgula na linha 14
- III - Segunda vírgula na linha 30

Desconsiderando questões de emprego de letra maiúscula, quais das substituições poderiam ser feitas sem acarretar erro de pontuação?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

12. Considerando o que decorre da Constituição Federal acerca dos direitos e garantias individuais, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (B) Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes.
- (C) Pessoa jurídica pode ajuizar mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ameaçado por ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade pública.
- (D) As associações só podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial.
- (E) A prática de racismo constitui crime imprescritível.

13. Considere as assertivas abaixo.

- I - A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ter por objeto ato normativo municipal.
- II - O *habeas data* tem eficácia exclusivamente mandamental e não pode veicular pedido de retificação de dados constantes de registros de entidades de caráter público.
- III - O mandado de injunção é de competência privativa do Supremo Tribunal Federal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

14. Considerando o regime constitucional de repartição de competências entre os entes político-administrativos que compõem a República Federativa do Brasil, assinale a assertiva correta.

- (A) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre trânsito.
- (B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas do serviço forense.
- (C) Compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito penitenciário.
- (D) Compete à União e aos Estados explorar os portos marítimos.
- (E) Compete aos Municípios criar conselhos ou órgãos de contas municipais.

15. Pablo nasceu em Buenos Aires. Seu pai é o embaixador brasileiro na Argentina e sua mãe é de nacionalidade argentina. Nos termos da Constituição Federal de 1988 e alterações em vigor, é correto afirmar que Pablo

- (A) poderá naturalizar-se brasileiro após residir no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e não tiver condenação penal.
- (B) poderá naturalizar-se brasileiro após a maioria se residir no Brasil por um ano e desde que requeira a nacionalidade brasileira.
- (C) será considerado brasileiro nato desde que venha residir no Brasil até os vinte e um anos e opte, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) será considerado brasileiro nato desde que venha residir no Brasil a qualquer tempo e opte pela nacionalidade brasileira.
- (E) é brasileiro nato, independentemente de quaisquer condições.

16. Considere as assertivas abaixo a respeito do processo legislativo segundo a Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores.

- I - O Presidente da República, em caso de relevância e urgência, pode editar medida provisória sobre matéria relativa a processo civil.
- II - A rejeição de medida provisória pelo Poder Legislativo não produz a automática ineficácia das relações jurídicas constituídas sob sua égide.
- III - Emenda constitucional não é submetida à sanção do Presidente da República.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

17. Considere as assertivas abaixo sobre o controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal.

- I - Órgão fracionário de tribunal de justiça pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo controle difuso.
- II - A ação declaratória de constitucionalidade, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, pode versar sobre norma federal, estadual ou municipal.
- III - A decisão definitiva de mérito, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, produz efeito vinculante relativamente aos demais Órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública em geral.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

18. Considere as assertivas abaixo.

- I - Compete ao Tribunal de Justiça, independentemente de autorização da Câmara Municipal, julgar Prefeito no exercício do mandato por crime comum.
- II - Compete ao Tribunal de Justiça julgar o Governador do Estado em caso de crime comum.
- III - Compete privativamente aos tribunais propor ao Poder Legislativo a criação de novas Varas Judiciárias.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

19. A respeito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assinale a assertiva correta.

- (A) É órgão do Poder Executivo, com atribuição de exercer o controle externo do Poder Judiciário.
- (B) Compõe-se de doze membros, entre os quais dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Compete-lhe, entre outras atribuições, a de aplicar pena de demissão aos juízes.
- (D) Integra-o o Procurador-Geral da República, como representante do Ministério Público.
- (E) É presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que fica excluído da distribuição de processos nesse Tribunal.

20. João sofreu acidente de trabalho e pretende acionar o INSS para obter o respectivo auxílio-acidente, negado administrativamente. João reside em Cachoeirinha/RS, que não é sede de Vara Federal. Neste caso, que juízos, de 1º e 2º graus, deverão apreciar essa ação?

- (A) Foro local da Comarca de Cachoeirinha, com recurso ao Tribunal de Justiça do Estado
- (B) Foro local da Comarca de Cachoeirinha, com recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região
- (C) Vara da Justiça Federal de Porto Alegre, com recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região
- (D) Vara do Trabalho de Cachoeirinha, com recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
- (E) Vara do Trabalho de Cachoeirinha, com recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região

21. Considere as assertivas abaixo.

- I - Durante a vigência do estado de defesa, é constitucional a prisão efetuada sem ordem judicial, ainda que não em flagrante delito.
- II - O parecer prévio sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, emitido pelo órgão competente, só não prevalecerá se rejeitado pelo voto da maioria absoluta da respectiva Câmara de Vereadores.
- III - O transporte, por meio de conduto, de gás natural, de qualquer origem, constitui monopólio da União e não pode ser concedido à iniciativa privada.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

22. Considere as assertivas abaixo.

- I - Imóvel urbano público ou privado, de até 250 m², pode ser objeto de usucapião, desde que utilizado como moradia, de forma ininterrupta e sem oposição, pelo prazo de cinco anos.
- II - A desapropriação do imóvel rural improdutivo, por interesse social, para fins de reforma agrária, depende de prévia e justa indenização em dinheiro.
- III - A pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, não é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que seu proprietário não possua outra.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

23. São princípios que regem a Administração Pública, previstos expressamente na Constituição Federal em vigor,

- (A) impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade e eficiência.
- (B) legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e especialidade.
- (C) legalidade, impessoalidade, probidade, motivação e continuidade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, motivação e publicidade.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

24. Não constitui exemplo da prevalência do interesse público sobre o privado, no regime jurídico-administrativo albergado pela Constituição Federal de 1988,

- (A) a servidão administrativa.
- (B) a celebração de contrato de locação de bem particular.
- (C) o tombamento.
- (D) a desapropriação.
- (E) a requisição administrativa.

25. Com relação à desapropriação, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Fundamenta-se nos princípios da utilidade pública, necessidade pública ou interesse social.
- (B) O decreto expropriatório não transfere o bem do domínio particular para o domínio público.
- (C) Somente o Chefe do Poder Executivo poderá tomar a iniciativa da desapropriação.
- (D) Mesmo durante a fase judicial do processo expropriatório, pode o administrador público desistir da ação de desapropriação.
- (E) Todos os bens patrimoniais podem ser objeto de desapropriação, inclusive os direitos de crédito.

26. No que se refere ao ato administrativo, todas as assertivas abaixo estão corretas, **à exceção de** uma. Assinale-a.

- (A) Possui, entre outros, os atributos de imperatividade e tipicidade.
- (B) O tombamento é ato administrativo discricionário.
- (C) Mérito é o aspecto do ato administrativo que diz respeito à oportunidade e à conveniência.
- (D) Revogação é o desfazimento do ato inoportuno ou inconveniente; anulação é o desfazimento do ato por motivo de ilegalidade.
- (E) Não é passível de controle judicial.

27. A concessão, como delegação da prestação de um serviço público,

- (A) não admite lucro ao concessionário.
- (B) dispensa contrato.
- (C) deve ser precedida de licitação.
- (D) tem como característica a perenidade.
- (E) estabelece relação entre o concessionário e a administração concedente, regendo-se pelo direito privado.

28. Considere as medidas abaixo.

- I - Aplicação de multa de trânsito.
- II - Cobrança de emolumentos para expedir certidões.
- III - Demissão do servidor público efetivo.

Quais delas são amparadas pelo poder de polícia de que se acha investida a autoridade administrativa?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

29. Em relação a bens públicos, considere as assertivas abaixo.

- I - Permissão de uso é o ato administrativo unilateral que autoriza o particular a utilizar-se de um bem público, mediante o preenchimento de determinadas condições, como acontece com a instalação de uma banca de jornais na calçada.
- II - Afetação é o ato ou fato pelo qual um bem é incorporado ao domínio da pessoa jurídica pública, e decorre da lei.
- III - Integram o rol dos bens públicos os imóveis por acessão física, como eletrodutos, oleodutos, aviões civis e navios mercantes.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

30. A respeito do regime jurídico dos servidores públicos civis ocupantes de cargo efetivo, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) A nomeação, a reintegração e o aproveitamento são formas de provimento de cargo público.
- (B) A exoneração do servidor decorre de aplicação de pena disciplinar.
- (C) São requisitos para ingresso no serviço público, entre outros, idade mínima de 18 anos e estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) Posse é a aceitação expressa do cargo, com a assinatura do termo, e deve dar-se no prazo legal a contar da nomeação.
- (E) Torna-se sem efeito a nomeação do servidor que não entrar no exercício do cargo no prazo legal a contar da data da posse.

31. Entre o feixe de sanções passíveis de aplicação ao servidor público que pratica ato de improbidade encontram-se

- (A) a perda da função pública e a proibição de comerciar.
- (B) a perda da função pública e dos direitos políticos.
- (C) a suspensão dos direitos políticos e a declaração pública de idoneidade.
- (D) a indisponibilidade dos bens e a perda dos direitos políticos.
- (E) a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.

32. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a assertiva correta.

- (A) Agente público é apenas aquele que desempenha alguma atividade junto à administração direta do Estado.
- (B) A Lei estabelece três categorias de atos ímprobos: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) A ação de improbidade abrange apenas os atos de chefia na administração direta.
- (D) Apenas os servidores públicos efetivos estão sujeitos às punições da Lei.
- (E) Somente o servidor público pode praticar atos de improbidade.

33. De acordo com o consagrado na doutrina, a honra subjetiva reside no sentimento de cada pessoa a respeito de seus próprios atributos físicos, morais ou intelectuais; a honra objetiva, no sentimento que as outras pessoas possuem a respeito da reputação de alguém no atinente a estes mesmos atributos. No Código Penal, a proteção destes bens está estabelecida na forma da incriminação da injúria, da calúnia e da difamação. Diante do enunciado, considere as assertivas abaixo.

- I - A injúria ofende a honra subjetiva da pessoa.
- II - A calúnia e a difamação ofendem a honra objetiva da pessoa.
- III - O fato de **A** dizer a **B**, em ambiente reservado, sem a presença de terceiros: **B, tu és um dos beneficiados da corrupção havida no Órgão X e deves ter subornado o Promotor para não teres sido incluído na denúncia**, constitui crime de injúria.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

34. Considere as assertivas abaixo, formuladas com apoio na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Entorpecentes).

- I - Fica sujeito à advertência sobre os efeitos das drogas, à prestação de serviços comunitários ou ao comparecimento a programa ou curso educativo o agente que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
- II - O condenado por tráfico ilícito de droga fica sempre sujeito ao cumprimento da pena privativa de liberdade sob regime inicial fechado, podendo, no entanto, dele progredir, após o cumprimento de dois quintos da pena imposta, se primário, desde que atendidos os demais requisitos legais.
- III - Definitivamente condenado duas vezes por tráfico de droga (reincidente específico), o réu não tem direito ao livramento condicional.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

35. Considere as assertivas abaixo sobre concurso de agentes.

- I - Quando um dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena é diminuída até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave, não podendo, porém, ser inferior ao mínimo da cominada ao crime cometido.
- II - Quando o agente, no cometimento de um crime, ostentar atuação que o identifique como líder dentre os demais participantes, sua pena deverá ser agravada de um sexto a um terço.
- III - Quando a participação do agente no cometimento de um crime for de menor importância, a pena poderá ser reduzida de um sexto a um terço.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

36. Considere as assertivas abaixo sobre aplicação da lei penal.

- I - Aplicável é a lei penal em vigor quando da libertação da vítima de sequestro, ainda que mais grave do que a lei penal em vigor quando iniciado o cometimento do crime.
- II - Fica sujeito ao Código Penal, e não às normas estabelecidas na legislação especial do Estatuto da Criança e do Adolescente, o agente que, com dezessete anos e onze meses de idade, a tiros de revólver, atinge a região abdominal de seu desafeto, vindo o ofendido a falecer quarenta e cinco dias após em consequência das lesões recebidas.
- III - A lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

37. Considere as assertivas abaixo relativamente a erro sobre a ilicitude do fato.

- I - O desconhecimento da lei penal é inescusável; no entanto, nesta hipótese, deve o juiz atenuar a pena do condenado.
- II - O erro de proibição, quando inevitável, isenta o agente de pena; se evitável, pode o juiz diminuí-la de um sexto a um terço.
- III - Considera-se evitável o erro de proibição quando o agente atua ou se omite por não ter se informado sobre a ilicitude do fato, sendo-lhe isso possível, nas circunstâncias.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

38. Tendo-se presente o regulado na Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), considere as assertivas abaixo.

- I - As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais definidas nesta Lei, sem prejuízo da obrigação de indenizar o dano causado.
- II - A execução da pena de multa imposta à pessoa física por crime ambiental deve ser suspensa caso sobrevenha ao condenado doença mental.
- III - Nos casos em que o cometimento de crime ambiental decorrer de decisão do órgão colegiado da pessoa jurídica, a esta poderá ser imposta a suspensão parcial ou total de suas atividades, cumulativamente ou não com multa, em substituição à pena privativa de liberdade aplicada ao condenado, pessoa física.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

39. Antônia, detentora de nacionalidade brasileira, quando no território austríaco, simula ter sido vítima de sequestro lesionando seu próprio corpo, com o objetivo de obter indenização ou o valor do seguro. Diante do enunciado, assinale a assertiva correta.

- (A) Na hipótese considerada, em nenhuma circunstância a lei penal brasileira poderá ser aplicada.
- (B) A lei penal brasileira somente poderá ser aplicada caso Antônia ingresse no território nacional e o Ministro da Justiça requisite ao Ministério Público a instauração da competente ação penal.
- (C) A lei penal brasileira somente poderá ser aplicada caso Antônia ingresse no território nacional e pelo mesmo fato tenha sido absolvida na Áustria.
- (D) A lei penal brasileira poderá ser aplicada caso Antônia ingresse no território brasileiro e desde que pelo mesmo fato não tenha sido processada na Áustria.
- (E) A lei penal brasileira poderá ser aplicada caso Antônia ingresse no território brasileiro.

40. Antônio, servidor de autarquia previdenciária municipal, desvia dinheiro da entidade na forma de pagamento de pensão em favor de quem declaradamente não tem direito ao benefício. Diante do enunciado, considere as assertivas abaixo.

- I - Se não estivesse exercendo atividade de direção, Antônio teria praticado crime de apropriação indébita previdenciária, devendo a pena ser aumentada de um terço.
- II - Se exercesse na entidade paraestatal função de direção, Antônio teria praticado crime de peculato, devendo a pena ser aumentada da terça parte.
- III - Se na condição de servidor comum, Antônio teria praticado crime de furto.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

41. Considere as assertivas abaixo sobre concurso de pessoas.

- I - Na doutrina nacional, os crimes funcionais próprios constituem infrações penais em que a qualidade de funcionário público do agente é elementar do tipo legal de delito, assim como ocorre na concussão ou na corrupção passiva.
- II - Os crimes funcionais impróprios são identificáveis porque o fato punível é incriminado, mesmo quando não praticado por funcionário público, como acontece com o delito de peculato.
- III - Sabendo-se que não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime, segue-se que o particular que se beneficia do desvio de rendas públicas praticado pelo Prefeito Municipal não responde pelo crime de peculato definido no Decreto-Lei nº 201/1967, mas sim por peculato previsto no Código Penal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

42. Assinale a alternativa que completa de forma **incorreta** a frase abaixo.

O prazo de prescrição da pretensão punitiva dos crimes hediondos contra a vida se interrompe

- (A) pelo recebimento da queixa, quando possível, ou da denúncia.
- (B) pela pronúncia.
- (C) pelo início ou pela continuação do cumprimento da pena privativa de liberdade.
- (D) pela publicação da sentença ou do acórdão condenatório recorríveis.
- (E) pelo acórdão confirmatório da pronúncia.

43. Considere as assertivas abaixo sobre crimes contra os costumes.

- I - O casamento do agente com a ofendida extingue a punibilidade do crime de estupro e de atentado violento ao pudor praticados no ano de 2004.
- II - O casamento da agente com o ofendido extingue a punibilidade do crime de atentado violento ao pudor cometido no ano de 2007.
- III - A ação penal, nos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, é privada; é no entanto pública, condicionada à representação, quando a vítima ou seus pais não podem prover as despesas do processo sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

44. Considere os possíveis efeitos da condenação quando a pena privativa de liberdade deva ser cumprida sob qualquer regime.

- I - Tornar certa a obrigação de reparar o dano causado pelo crime.
- II - Determinar a perda, em favor da União, do revólver de uso permitido utilizado pelo homicida, não obstante registro e porte regular da arma.
- III - Impor o confisco do automóvel utilizado pelo motorista no cometimento do crime de tráfico de droga, muito embora a origem lícita do bem e sua utilização casual ou eventual.

Quais são corretos?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

45. Considere as assertivas abaixo sobre penas.

- I - São penas restritivas de direitos previstas no Código Penal, além da prestação pecuniária e da perda de bens, a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, a interdição temporária de direitos, como a proibição de frequentar determinados lugares, e a limitação de fim de semana.
- II - O recolhimento domiciliar poderá ser imposto em substituição à pena privativa de liberdade inferior a quatro anos imposta ao condenado por crime ambiental.
- III - A pena restritiva de direitos reverte à pena de prisão, quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

46. Considere as assertivas abaixo sobre lesão corporal, penas restritivas de direitos e medidas de segurança.

- I - A condenação do acusado por lesão corporal leve não admite a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- II - A perda de um dos rins, pelo ofendido, decorrente da agressão praticada pelo agente, constitui lesão grave, e não lesão gravíssima.
- III - Comprovada a presença de doença mental na pessoa do acusado do delito de lesão corporal, fica o réu isento de pena caso inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, devendo ficar sujeito, no entanto, à internação ou a tratamento ambulatorial pelo tempo correspondente ao máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime que lhe foi atribuído.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

47. Sobre o duplo grau de jurisdição ou duplo pronunciamento no âmbito criminal, assinale a assertiva correta.

- (A) Quando a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decide absolver o réu, mesmo diante de recurso exclusivo do Ministério Público, que pretendia aumentar a pena do acusado, fala-se em aplicação do princípio da *reformatio in melius*.
- (B) Cabe recurso em sentido estrito para impugnar a extinção da punibilidade declarada na sentença penal condenatória.
- (C) Para evitar a impunidade e a injustiça da sentença, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, ao julgar a apelação do réu, mesmo diante da ausência de recurso da acusação, aumentou a pena, conforme os ditames legais.
- (D) Ao prover o pedido constante no recurso interposto pela acusação, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça desconstituiu a sentença penal condenatória e determinou que o juízo *a quo* prolatasse outra sentença, remetendo-lhe os autos. Ao proferir a segunda sentença, o magistrado não poderá aplicar uma pena privativa de liberdade superior àquela aplicada na sentença anulada, sob pena de *reformatio in pejus* indireta.
- (E) Diferentemente do que ocorre no processo civil, no processo penal os requisitos de admissibilidade do recurso de apelação são analisados somente pelo juízo *a quo*, no momento do recebimento ou não do recurso.

48. Conclusos os autos para sentença, o magistrado resolveu condenar o acusado pelo delito de roubo simples, afastando a tese defensiva de ausência de provas. Sobre este caso, considere as assertivas abaixo.

- I - O valor fixado na sentença penal condenatória, a título de reparação de danos causados pelo delito, não impede a liquidação desta, no juízo cível, após o trânsito em julgado, para apuração do dano efetivamente sofrido.
- II - Na sentença penal, o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou não da prisão decretada quando do recebimento da denúncia, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.
- III - A intimação da sentença será feita por hora certa quando verificado que o réu se oculta para não ser intimado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

49. Acerca da suspensão condicional do processo penal, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/1995, assinale a assertiva correta.

- (A) Nos crimes em que a pena máxima cominada não for superior a um ano, preenchidos os demais requisitos legais, o Ministério Público poderá propor a suspensão condicional do processo.
- (B) Quando, em consequência de definição jurídica diversa, em razão da *emendatio libelli*, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, mesmo já tendo sido recebida a denúncia e produzida a prova, o juiz deve viabilizá-la.
- (C) As condições são propostas pelo Ministério Público na ação penal pública, sem que o magistrado possa especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão.
- (D) Durante o prazo de suspensão condicional do processo, a prescrição correrá normalmente, pois a lei determina somente a suspensão do processo silenciando acerca do que ocorre com a prescrição.
- (E) A suspensão condicional do processo aplica-se somente no Juizado Especial Criminal.

50. Acerca dos procedimentos criminais, considere as assertivas abaixo.

- I - Verificado que o acusado se oculta para não ser citado, segundo o Código de Processo Penal, o oficial de justiça certifica a ocorrência e devolve o mandado, seguindo-se a citação por edital.
- II - No procedimento comum ordinário, não há previsão legal de alegações finais orais, as quais foram reservadas aos procedimentos comuns sumário e sumaríssimo.
- III - Na instrução do procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa. Nesse número não se compreendem as que não prestarem compromisso nem as referidas.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

51. Pedro, autor de uma lesão corporal leve contra João, diante da representação efetuada pelo ofendido, foi convocado para comparecer à audiência preliminar no Juizado Especial Criminal da Comarca, acompanhado de advogado, para fins de acordo civil e de transação criminal. Sobre este caso, considere as assertivas abaixo.

- I - A decisão homologatória da composição dos danos civis entre o autor do fato e o ofendido é irrecurável.
- II - Inexitoso o acordo dos danos civis, antes de oferecer a denúncia, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata da pena de três meses de detenção, pois é a pena mínima prevista no tipo penal de lesão corporal leve.
- III - A homologação do acordo criminal entre o Ministério Público, o autor do fato e seu advogado não terá efeitos de natureza civil, podendo os interessados deduzir a pretensão indenizatória dos danos no juízo cível competente.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

52. Os magistrados, na esfera criminal, proferem diversas decisões, com diversos conteúdos e provimentos em diferentes momentos processuais, as quais também comportam impugnação por vários remédios jurídicos. A este respeito, considere as assertivas abaixo.

- I - O juiz poderá absolver sumariamente o réu somente nos processos de competência do Tribunal do Júri, onde há previsão legal expressa.
- II - Ao dar provimento à apelação de um dos réus, condenado por roubo consumado na pena privativa de liberdade de seis anos de reclusão e multa, o Tribunal de Justiça, à unanimidade, reconheceu a modalidade tentada do delito praticado pelos dois réus e, por esse motivo, reduziu as penas do recorrente pela metade, sem reduzir as penas do co-réu, por não ter recorrido, contrariando parecer do Ministério Público.
- III - Nos crimes dolosos contra a vida, as decisões de pronúncia e de impronúncia são impugnáveis, respectivamente, mediante recurso em sentido estrito e apelação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

53. Segundo o Código de Processo Penal, acerca das provas, assinale a assertiva correta.

- (A) Na falta de perícia oficial, o magistrado poderá utilizar, na sentença penal condenatória, para demonstrar a materialidade do delito que deixou vestígios, a perícia realizada e firmada por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, com conhecimento e habilitação técnicos relacionados à natureza do exame.
- (B) A prova ilícita inadmissível, uma vez constante nos autos, neles permanecerá para que o magistrado e o Tribunal a valorizem ou não, ao proferirem as suas decisões.
- (C) É vedado ao próprio magistrado proferir sentença quando tomar conhecimento do conteúdo da prova declarada inadmissível.
- (D) A previsão do interrogatório do réu por videoconferência afastou a possibilidade de tomada do depoimento das testemunhas por essa metodologia de busca da prova.
- (E) São admitidas provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

54. Acerca de processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a assertiva correta.

- (A) Diante das respostas aos quesitos, os jurados condenaram o acusado por homicídio doloso qualificado. Ao proferir a sentença condenatória e fixar a pena, o magistrado não poderá reconhecer as agravantes que não foram objeto dos quesitos.
- (B) Poderá haver recusa ao serviço do Júri, fundada em convicção religiosa, filosófica ou política.
- (C) Os jurados poderão perguntar diretamente ao ofendido e às testemunhas, sem a intermediação do juiz-presidente do Tribunal do Júri.
- (D) Em um processo onde o réu foi pronunciado por homicídio consumado e tráfico de entorpecentes, após terem os jurados afastado o dolo direto e o dolo eventual, na votação dos quesitos acerca do homicídio consumado, serão questionados sobre o delito conexo de tráfico de entorpecentes.
- (E) Durante os debates, no plenário do Tribunal do Júri, aos jurados é vedado, mesmo por intermédio do juiz-presidente, pedir ao promotor de justiça que indique a folha do processo onde se encontra o depoimento da testemunha a que está fazendo referência em seu pedido de condenação.

55. Sobre liberdade e prisão, assinale a assertiva correta.

- (A) Para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante por um delito de tráfico de entorpecentes, a Lei Antidrogas exige um laudo de constatação da natureza e quantidade da droga. Para ter validade, o laudo deverá ser firmado por perito oficial ou por duas pessoas idôneas.
- (B) Na prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a prisão preventiva é medida reservada unicamente à fase posterior ao recebimento da denúncia.
- (C) O Código de Processo Penal autoriza os Tribunais, mas não os magistrados com jurisdição no primeiro grau, a concederem de ofício a ordem de *habeas corpus* quando, no curso do processo, verificar-se que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- (D) A circunstância de o magistrado ter deixado de homologar o auto de prisão em flagrante, por ausência dos requisitos legais, veda a decretação da prisão preventiva.
- (E) Nos casos dos delitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, ao condutor do veículo não se imporá prisão em flagrante se prestar pronto e integral socorro à vítima.

56. Acerca da ação penal, assinale a assertiva correta.

- (A) Na contagem do prazo decadencial, inclui-se o dia do começo.
- (B) A decadência atinge o direito de queixa-crime exclusiva e o direito de representação, mas não afeta o direito ao exercício da ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) A perempção atinge o direito de representação e o direito de prosseguir na queixa-crime pela falta de cumprimento de formalidades legais.
- (D) O perdão extrajudicial é inadmissível no processo penal.
- (E) No procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial, a denúncia poderá ser recebida sem o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito, mesmo que a infração tenha deixado vestígios.

57. Sobre competência, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá ajuizar a queixa-crime no foro do domicílio ou da residência do réu, mesmo sendo conhecido o lugar da infração.
- (B) Nos casos em que deveriam ter sido aplicadas as regras do concurso material, formal ou do crime continuado no juízo de conhecimento e não o foram, é possível a unidade ulterior dos processos no juízo da execução penal, para fins de soma ou de unificação das penas.
- (C) Nos casos de número excessivo de acusados, com o intuito de evitar a prorrogação indevida da prisão cautelar de um ou de vários imputados, é facultado ao magistrado separar os processos, mesmo nas hipóteses de conexão e continência.
- (D) Na reunião dos processos perante a Vara do Júri, decorrente da aplicação das regras da conexão, observar-se-ão os institutos da composição dos danos civis e da transação penal no que tange à infração penal de menor potencial ofensivo conexa com o homicídio.
- (E) No tráfico de entorpecentes envolvendo vários países, definida a competência da Justiça Comum Federal e não havendo no Município em que foi praticado o delito sede de Vara da Justiça Federal, o processo e o julgamento caberão à Justiça Estadual.

58. Considere as assertivas abaixo sobre execução penal.

- I - Quando no curso da execução da pena privativa de liberdade sobrevier doença mental, o magistrado, a pedido do Ministério Público, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.
- II - O juízo da execução penal poderá realizar a conversão da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, em restritiva de direitos, desde que cumpridos os requisitos legais.
- III - O recurso adequado para atacar a decisão do magistrado que indeferiu a progressão do regime fechado ao semiaberto é o agravo em execução, que será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

59. Sobre as medidas assecuratórias no Código de Processo Penal, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Não caberá o sequestro de bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, quando já tenham sido transferidos a terceiros.
- (B) O arresto de bens imóveis é medida preparatória da hipoteca legal.
- (C) A especialização em hipoteca legal também é um meio de assegurar o direito da vítima à futura reparação do dano *ex delicto*.
- (D) O sequestro de bens é cabível quando o objetivo é a retenção de determinados bens adquiridos com o produto da infração criminal praticada.
- (E) Os embargos de terceiro constituem uma das medidas judiciais que possui o terceiro de boa-fé, alheio à prática da infração criminal, contra o sequestro de seus bens.

60. Considere as assertivas abaixo sobre domicílio.

- I - A pessoa natural tem por domicílio a residência com ânimo definitivo.
- II - Será considerado domicílio da pessoa natural qualquer das residências em que viva alternativamente.
- III - O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o lugar onde se encontra.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

61. Assinale a assertiva correta sobre bens.

- (A) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- (B) Os bens de uso comum do povo são, por exemplo, rios, mares, praças, ruas e estradas, exceto quando houver retribuição por sua utilização.
- (C) Os bens públicos dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real.
- (D) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- (E) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, não podendo haver retribuição.

62. Com base nas disposições gerais sobre negócio jurídico, assinale a assertiva correta.

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- (B) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (C) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos visando a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- (D) A validade da declaração de vontade independe de forma especial e de exigência expressa da lei.
- (E) Na declaração de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nela consubstanciada.

63. Considere as assertivas sobre condição.

- I - As condições ilícitas ou de fazer coisas ilícitas e as condições incompreensíveis ou contraditórias têm-se por inexistentes.
- II - São tidas por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- III - Se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo ser exercido desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

64. Assinale a assertiva correta sobre decadência.

- (A) É de cento e vinte dias o prazo para a anulação do negócio jurídico, a contar da sua conclusão ou cessação da incapacidade, concluído pelo representante em conflito de interesse com o representado, se o fato era ou devia ser do conhecimento de quem com ele tratou.
- (B) É de um ano o prazo, a contar da publicação da sua inscrição no registro, para anular a constituição da pessoa jurídica de direito privado por defeito do ato respectivo.
- (C) É de dois anos o prazo de anulação do ato, a contar de sua conclusão, se não houver prazo estabelecido em lei, quando esta dispuser que determinado ato é anulável.
- (D) É de três anos o prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico nos casos de coação, erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão e atos de incapazes.
- (E) É de quatro anos o prazo para a declaração de nulidade de negócio jurídico simulado.

65. Considere as assertivas abaixo sobre obrigações solidárias.

- I - A renúncia à solidariedade em favor de qualquer dos devedores exonera da solidariedade os demais.
- II - A propositura de ação pelo credor contra alguns dos devedores importará na renúncia da solidariedade em relação aos demais.
- III - A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos codevedores e condicional ou a prazo ou pagável em lugar diferente para o outro.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

66. Assinale a assertiva correta.

- (A) Ao estipulante é reservado o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante, por ato entre vivos ou por disposição de última vontade.
- (B) É válida a cláusula que estipula a renúncia antecipada do aderente a direito resultante do contrato de adesão.
- (C) O promitente por fato de terceiro não responde por perdas e danos, quando este não executá-lo.
- (D) A coisa recebida em virtude de doação não onerosa pode ser enjeitada por vícios redibitórios que a tornem imprópria ao uso a que se destina ou lhe diminua o valor.
- (E) O alienante responde pela evicção nos contratos gratuitos.

67. Assinale a assertiva correta sobre compra e venda.

- (A) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes transfere o domínio de certa coisa mediante pagamento.
- (B) A compra e venda pode ter por objeto coisa inexistente no momento da conclusão do contrato.
- (C) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro que os contratantes designarem. Se o terceiro não aceitar a incumbência nem os contraentes acordarem em designar outra pessoa, caberá ao juiz fixá-lo.
- (D) A fixação do preço pode ser deixada para uma das partes.
- (E) Assiste preferência legal ao condômino preterido na venda de bem divisível pelo outro proprietário, nas mesmas condições.

68. Considere as assertivas abaixo sobre mandato.

- I - A outorga do mandato por instrumento público pode substabelecer-se por instrumento particular.
- II - O poder de transigir importa o de firmar compromisso.
- III - O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

69. Assinale a assertiva correta sobre posse.

- (A) A turbação ou o esbulho autorizam o possuidor, desde que o faça logo, a manter-se ou restituir-se por sua própria força, respectivamente.
- (B) A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação.
- (C) Os atos violentos ou clandestinos não geram posse, mesmo cessada a violência ou a clandestinidade.
- (D) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de independência para com outro, conserva a posse para si.
- (E) Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas nem mesmo as benfeitorias necessárias.

70. Carolina contraiu matrimônio com Carlos, adotando, mediante pacto antenupcial, o regime da comunhão universal de bens. Ao longo do casamento, sobrevieram-lhes três filhos comuns. Carlos, antes de casar, já possuía bens, no valor de R\$ 100.000,00. Durante o casamento, o casal adquiriu, a título oneroso, bens no valor de R\$ 120.000,00. Em 24 de janeiro de 2008, Carlos veio a falecer, sem deixar testamento. Diante do exposto, assinale a opção correta de partilha.

- (A) Meação de Carolina: R\$ 110.000,00.
Quinhão hereditário de Carolina: R\$ 50.000,00.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 20.000,00
- (B) Meação de Carolina: R\$ 110.000,00.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 36.666,66
- (C) Meação de Carolina: R\$ 110.000,00.
Quinhão hereditário de Carolina e de cada filho: R\$ 27.500,00
- (D) Meação de Carolina: R\$ 60.000,00.
Quinhão hereditário de Carolina e de cada filho: R\$ 40.000,00
- (E) Meação de Carolina: R\$ 50.000,00.
Quinhão hereditário de Carolina e de cada filho: R\$ 42.500,00

71. Laura viveu em união estável com Lúcio por 10 anos. Ao início da relação, ele já era titular de patrimônio, no valor de R\$ 160.000,00. No curso da convivência, sobrevieram-lhes dois filhos comuns e foram adquiridos, a título oneroso, bens no valor de R\$ 100.000,00. Lúcio faleceu em 14 de outubro de 2006, deixando um testamento, no qual contemplou uma entidade de caridade com bens no valor de R\$ 100.000,00 e determinou que saísse tal quinhão predominantemente da parcela de patrimônio adquirido na constância da união. Diante do exposto, assinale a opção correta de partilha.

- (A) Meação de Laura: R\$ 50.000,00.
Deixa testamentária: R\$ 100.000,00.
Quinhão hereditário de Laura: R\$ 25.000,00.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 42.500,00
- (B) Meação de Laura: R\$ 50.000,00.
Deixa testamentária: R\$ 100.000,00.
Quinhão hereditário de Laura: R\$ 16.666,66.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 46.666,66
- (C) Meação de Laura: R\$ 50.000,00.
Deixa testamentária: R\$ 100.000,00.
Quinhão hereditário de Laura: R\$ 10.000,00.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 50.000,00
- (D) Meação de Laura: R\$ 50.000,00.
Deixa testamentária: R\$ 100.000,00.
Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 55.000,00
- (E) Meação de Laura: R\$ 50.000,00.
Deixa testamentária: R\$ 100.000,00.
Quinhão hereditário de Laura e de cada filho: R\$ 36.666,66

72. Antônio, filho de Carlos, casou-se com Carlinda. Falecendo Antônio, a viúva (Carlinda) deseja casar-se com Carlos ou, se este recusar, pensa casar-se com Miguel, irmão do falecido Antônio. O eventual segundo casamento de Carlinda será

- (A) válido, se com Carlos ou com Miguel.
- (B) nulo, se com Carlos ou com Miguel.
- (C) nulo, se com Carlos, e válido, se com Miguel.
- (D) anulável, se com Carlos ou com Miguel.
- (E) anulável, se com Carlos, e válido, se com Miguel.

73. Assinale a assertiva correta em relação ao fim da sociedade conjugal.

- (A) Na separação judicial, não é obrigatória a partilha dos bens adquiridos na constância do casamento, mas a mulher, em qualquer caso, deverá obrigatoriamente retomar seu sobrenome de solteira.
- (B) O prazo para obtenção do divórcio por conversão (indireto) conta-se a partir da data da sentença que decretou a separação judicial ou da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos.
- (C) Os cônjuges poderão requerer separação judicial litigiosa (em qualquer de suas modalidades) e anulação de casamento a qualquer momento, porém a separação judicial consensual somente poderá ser obtida após um ano de casamento.
- (D) Somente a nulidade ou a anulação do casamento, o divórcio e a separação judicial terminam a sociedade conjugal.
- (E) Somente após um ano de separação judicial, os cônjuges poderão, caso queiram, restabelecer a sociedade conjugal.

74. Ao ensejo da separação judicial de Carlos e Cláudia, o juiz determinou que a guarda do filho do casal, Mário, então com 16 anos de idade, ficaria com o pai. Por considerar que o filho já tinha maturidade suficiente para dirigir sua pessoa e administrar seus bens, Carlos elaborou um instrumento particular de emancipação e o encaminhou para o registro competente, sem que a mãe do menor tivesse conhecimento. Na hipótese, a emancipação

- (A) é válida, pois cabe prioritariamente ao pai emancipar o filho.
- (B) é válida, pois o pai, por estar com a guarda do filho, detém o poder familiar com exclusividade.
- (C) é válida, pois qualquer dos genitores pode emancipar o filho, independentemente da vontade do outro.
- (D) não é válida, exclusivamente porque o poder familiar deve ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe.
- (E) não é válida porque, além de o poder familiar dever ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, a emancipação voluntária somente pode ser materializada por instrumento público.

75. José, menor de 15 anos, filho de João, devidamente representado por sua mãe, ingressou com ação de execução de alimentos contra o pai, pelo rito expropriatório, visando cobrar parcelas de alimentos inadimplidas há oito anos. Diante deste caso, assinale a assertiva correta.

- (A) A execução é viável, podendo ser cobradas todas as parcelas vencidas.
- (B) O credor somente poderá executar as últimas três parcelas vencidas à data do ajuizamento da execução.
- (C) As últimas três parcelas vencidas somente podem ser cobradas pelo rito coercitivo, sob pena de prisão, não podendo ser somadas às demais, para fins de execução expropriatória.
- (D) A execução somente poderá prosperar em relação às parcelas vencidas nos últimos dois anos, pois as demais estão prescritas.
- (E) A execução somente poderá prosperar em relação às parcelas vencidas nos últimos cinco anos, pois as demais estão prescritas.

76. De acordo com o princípio da demanda, nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando provocado pela parte ou por interessado. Considerando tal premissa, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) Somente é possível ao réu deduzir pedido, circunstância que aumenta os limites objetivos do processo, se o fizer na forma de ação.
- (B) Constitui exceção ao princípio da demanda a iniciativa oficial que permite ao juiz de ofício instaurar o processo, como no caso da herança jacente.
- (C) Na sistemática do Código de Processo Civil, a petição inicial, onde o autor formula a pretensão, é considerada o instrumento da demanda, cujo teor delimita o objeto do litígio e fixa os parâmetros da atividade jurisdicional na decisão, obedecendo a outro princípio, o da adstrição ou congruência.
- (D) Nas questões de ordem pública, onde incide o princípio inquisitório, não prevalece o princípio da demanda e ao juiz é permitido o exame de ofício.
- (E) Não ocorre julgamento *ultra* ou *extra petita*, e por isso não ofende o princípio da demanda dispor na sentença sobre prestações periódicas vencidas após a propositura da ação ou sobre juros legais.

77. Considerando que a revelia é a falta de resposta do réu ao pedido formulado pelo autor, assinale a assertiva correta.

- (A) Ocorrendo a revelia, onde os fatos deduzidos na inicial são presumivelmente verdadeiros, o juiz deverá conhecer diretamente do pedido e pronunciar julgamento de mérito acolhendo a pretensão inicial.
- (B) A revelia não produz efeito quando, havendo pluralidade de réus em litisconsórcio necessário, algum deles oferecer contestação.
- (C) Vencido o prazo da resposta sem contestação e configurados os efeitos da revelia, o autor em nenhuma hipótese poderá modificar o pedido.
- (D) Ao réu revel, citado por edital, os prazos fluem independentemente de intimação.
- (E) Não ocorre a revelia se o réu, no prazo da resposta, apresentar somente reconvenção.

78. Assinale a assertiva **incorreta** sobre competência.

- (A) Na ação de rescisão de contrato de promessa de compra e venda relativa a bem imóvel, tendo como causa de pedir a falta de pagamento, é competente o lugar da situação do bem e, por envolver competência funcional, portanto absoluta, não pode ser derogada por convenção das partes.
- (B) Na cumulação de ações, havendo regra de competência absoluta para uma delas, referente a outra, que envolva questão de competência relativa, prevalece a primeira, por ser matéria de ordem pública.
- (C) A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio do seu representante.
- (D) A competência para o cumprimento de sentença condenatória, antes absoluta, passou a ser relativa, por concorrerem os juízos do local onde o executado tem bens sujeitos à expropriação e o juízo do domicílio do executado.
- (E) A competência territorial é relativa, admite prorrogação e não é possível o conhecimento de ofício pelo juízo; entretanto, pode o juiz agir de ofício para reconhecer a nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão e declinar da competência para o foro do domicílio do réu.

79. A propósito da intervenção de terceiro, considere as assertivas abaixo.

- I - Se na ação o réu é revel, a oposição poderá ser proposta somente contra o autor.
- II - Em nenhuma hipótese cabe a intervenção de terceiro no procedimento sumário.
- III - Sendo a denúncia à lide formulada pelo autor, o denunciado, comparecendo e a admitindo, poderá aditar a petição inicial.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

80. Sobre o impedimento e a suspeição, considere as assertivas abaixo.

- I - Não gera o impedimento do juiz o ingresso no curso da demanda de sua filha como advogada de uma das partes.
- II - O juiz não está impedido de atuar no processo em que seu cunhado é procurador da parte.
- III - É fundada a suspeita do juiz para funcionar no processo em que uma das partes é credor da mãe de seu cônjuge.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

81. Sobre os atos do juiz produzidos no processo, assinale a assertiva correta.

- (A) É sentença, sem solução de mérito, o ato que homologa a transação.
- (B) A decisão proferida no curso do processo que reconhece a prescrição contra um dos réus, extingue o pedido com solução de mérito e é impugnada mediante recurso de apelação.
- (C) Despachos são atos sem conteúdo decisório que visam impulsionar o processo e admitem impugnação por agravo retido.
- (D) É decisão interlocutória o ato pelo qual se resolve questão incidente e somente pode ser impugnada através de agravo de instrumento.
- (E) Da decisão que encerra o pedido de liquidação cabe agravo de instrumento.

82. Atinente ao capítulo das partes e dos procuradores, assinale a assertiva correta.

- (A) A capacidade para estar em juízo ou processual se identifica como capacidade postulatória.
- (B) Para propor ação que verse sobre direitos reais imobiliários, é indispensável o concurso de ambos os cônjuges em litisconsórcio necessário.
- (C) O inventariante dativo representa os herdeiros nas ações em que o espólio for parte.
- (D) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de composesse ou de ato por ambos praticado.
- (E) Não cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, antecipatório ou final, constituem ato atentatório ao exercício da jurisdição, sujeitam as partes e a todos os que de qualquer forma participam do processo, inclusive o advogado, a multa de até 20%, sem prejuízo de sanções criminais, civis e processuais cabíveis.

83. Considere as assertivas abaixo sobre petição inicial.

- I - A petição inicial que não preencher os requisitos legais será indeferida se o autor não a emendar no prazo de cinco dias.
- II - Estando em termos a petição inicial, o juiz ordenará a citação do réu para que responda a ação, presumindo-se aceitos pelo réu os fatos e os fundamentos jurídicos articulados pelo autor, em não sendo contestada a ação no prazo legal.
- III - Pela teoria da substanciação, adotada no Código de Processo Civil, a petição inicial deverá indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

84. Considere as assertivas abaixo sobre extinção do processo.

- I - O juiz ordenará o imediato arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo que ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.
- II - O juiz ordenará o imediato arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo quando, por não promover os atos e diligências que lhe competirem, o réu abandonar a causa por mais de trinta dias.
- III - O juiz extinguirá o processo, sem resolução do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

85. Considere as assertivas abaixo sobre recursos.

- I - A admissibilidade do recurso interposto pelo terceiro interessado depende da demonstração do nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
- II - Estando em termos a petição inicial, sendo a matéria controvertida unicamente de direito e se, no juízo, já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anterior, hipótese em que, se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.
- III - Nas hipóteses de prisão civil, adjudicação, interdição, remição de bens e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, poderá o relator, a requerimento do apelante, suspender o cumprimento da sentença até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

86. Assinale a assertiva **incorreta** sobre processo cautelar, tendo presente o que trata o Livro III do Código de Processo Civil.

- (A) O juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- (B) A título de providência cautelar, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- (C) Cabe à parte propor a ação, no prazo de trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório. Em não o fazendo, a medida perde a eficácia.
- (D) É cabível o pedido de arresto quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado; ou, possuindo domicílio certo, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (E) Os direitos autorais podem ser objeto de medida cautelar de busca e apreensão.

87. Assinale a assertiva **incorreta** sobre preparo.

- (A) Será declarado deserto o recurso cujo preparo, quando devido, não for comprovado no ato de sua interposição.
- (B) Não sendo a parte beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, deverá prover as despesas dos atos que realizar ou requerer no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até a sentença final e, inclusive, na execução.
- (C) Será cancelada a distribuição do feito que, em trinta dias, não for preparado no cartório em que deu entrada.
- (D) Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto ao preparo.
- (E) Em se tratando de despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, ao réu compete o seu adiantamento.

88. Considere as assertivas abaixo sobre prova cível.

- I - A regra do ônus da impugnação especificada dos fatos, sob pena de presunção de veracidade, não se aplica ao defensor dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.
- II - A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- III - É defeso, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

89. À luz das disposições em vigor da Constituição Federal, assinale a assertiva correta.

- (A) Qualquer tributo só pode ter suas alíquotas aumentadas por lei.
- (B) As contribuições sociais de seguridade não se sujeitam à exigência de anterioridade de exercício.
- (C) Os Estados podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (D) O empréstimo compulsório criado para custear investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional pode, face à urgência, ser exigido no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
- (E) Diante do princípio da uniformidade geográfica, é vedado à União, em qualquer caso, conceder incentivos fiscais para promover equilíbrio de desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões do país.

90. Sobre medida provisória, assinale a assertiva correta.

- (A) Não pode aumentar impostos, por ser matéria reservada à lei em sentido formal.
- (B) Aquela que aumentar alíquota de imposto de renda e proventos de qualquer natureza só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- (C) Pode dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União e os Municípios.
- (D) Cabe-lhe regular a forma e as condições como isenções do imposto sobre serviços de qualquer natureza serão concedidas ou revogadas.
- (E) Pode, em face de relevância e urgência, ser utilizada pela União para instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

91. À luz das disposições em vigor da Constituição Federal com relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é correto afirmar que

- (A) sua isenção implica crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.
- (B) é vedada a adoção de alíquotas diferenciadas, em função da essencialidade dos produtos.
- (C) não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações e prestações anteriores.
- (D) não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, dependendo a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações e prestações anteriores de autorização para tanto na legislação estadual.
- (E) não incide sobre operações que destinem produtos industrializados para o exterior, excluídos os semielaborados definidos em lei complementar.

92. A respeito da repetição de indébito tributário, assinale a assertiva correta.

- (A) No caso de pagamento voluntário de tributos, demanda prova de que o pagamento foi efetuado por erro.
- (B) No caso de impostos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, demanda prova de que o contribuinte assumiu tal encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, expressa autorização deste para recebê-la.
- (C) Não está sujeita a prazo decadencial.
- (D) Está sujeita à incidência de juros capitalizáveis, a partir da citação.
- (E) No caso de pagamento voluntário de tributos, só é possível se for realizado prévio protesto.

93. À luz das disposições em vigor da Constituição Federal, com relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, é correto afirmar que

- (A) só é admitida sua progressividade fiscal.
- (B) só é admitida sua progressividade extrafiscal.
- (C) são admitidas tanto a sua progressividade fiscal quanto a extrafiscal.
- (D) é admitida sua progressividade, não se lhe aplicando, em consequência, a proibição de utilizar tributo com efeito de confisco.
- (E) não pode ser progressivo, por se tratar de imposto real.

94. Com relação à empresa A, foi, em 12.11.1996, realizado lançamento pelo não pagamento de ICMS (por fatos geradores ocorridos nos meses de julho de 1994 a setembro de 1996), acrescido de multa pela prática de infração tributária material básica, no percentual de 100%, previsto naquela data (12.11.1996) na legislação aplicável. Em 14.05.1997, tornou-se definitiva a decisão administrativa sobre a impugnação do contribuinte ao lançamento em questão. Em 14.10.1997, foi ajuizada a execução fiscal, tendo o executado sido citado em 31.10.1997, com penhora realizada em 14.11.1997, da qual o devedor foi intimado na mesma data (14.11.1997). Os embargos do devedor foram opostos em 10.12.1997 e vieram a julgamento em 14.09.1999. A Lei Estadual nº 10.932, de 14.01.1997, reduziu a multa por infração tributária material básica para 60%. Diante do exposto, assinale a assertiva correta.

- (A) A multa é devida, no percentual de 60%, pois ocorre a retroação da lei que reduz penalidades, por se tratar de ato não definitivamente julgado.
- (B) A multa é devida, no percentual de 60%, pois a lei que reduz penalidades sempre retroage, mesmo que se trate de ato definitivamente julgado.
- (C) A multa é devida, no percentual de 100%, por se tratar de ato definitivamente julgado na esfera administrativa.
- (D) A multa é devida, no percentual de 100%, pois se aplica a lei vigente quando da ocorrência do fato gerador.
- (E) O juiz poderá fixar a multa em 60% ou 100% de acordo com as circunstâncias em que tiver sido cometida a infração tributária material básica.

95. Considere as assertivas abaixo sobre sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

- I - O sócio-gerente poderá ser destituído da gerência, desde que haja aprovação pela assembléia geral representando a maioria do capital social.
- II - O sócio remisso pode ser excluído da sociedade, sendo que os demais podem tomar suas quotas para si ou transferi-las para terceiros.
- III - O sócio-gerente deve exercer suas funções dentro dos objetivos sociais da sociedade com lealdade e zelo, porém não cabe ação de perdas e danos, nem de responsabilidade penal nos atos *ultra vires* por ele praticado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

96. No caso de eleição do conselho de administração de uma sociedade anônima em que haja utilização do processo de voto múltiplo solicitada pelo representante de um grupo de acionistas minoritário com mais de 10% do capital social votante, considere as assertivas abaixo.

- I - Se forem cinco conselheiros, dois serão nomeados pelo grupo majoritário e dois pelo grupo minoritário e o último será nomeado pelo presidente da assembléia geral.
- II - O grupo minoritário deve solicitar a instalação do processo de voto múltiplo em, pelo menos, 48 horas antes da assembléia geral.
- III - Para obter-se a quantidade de votos de cada grupo na eleição para o conselho de administração, deve-se multiplicar o número de ações de cada grupo pelo número de vagas no conselho.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

97. Sobre a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas), assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O Comitê é um órgão consultivo e de fiscalização da recuperação judicial e pode ser constituído por qualquer classe de credores da sociedade.
- (B) A convalidação em falência se dará, entre outras hipóteses, no caso de a sociedade empresária não cumprir o plano homologado ou aprovado pelo juiz.
- (C) A homologação obrigatória, na recuperação extrajudicial, se dará quando o devedor conseguir obter a adesão de parte significativa dos seus credores ao plano de recuperação.
- (D) À semelhança da sociedade empresária, o empresário individual está sujeito à falência e pode pleitear recuperação judicial, atendidos os respectivos pressupostos.
- (E) Tem legitimidade para convocar a assembléia de credores, além do juiz, qualquer credor legalmente admitido, independentemente do valor de seu crédito.

98. Considere as assertivas abaixo relativas à prescrição da ação cambial.

- I - Prescreve em um ano a ação dos endossantes uns contra os outros ou contra o sacador, a contar do dia em que o endossante pagou a letra ou em que ele próprio foi acionado.
- II - Prescreve em um ano a contar da data do protesto feito em tempo útil ou da data do vencimento, quando se tratar de letra que contenha cláusula *sem despesas*, a ação cambial do portador contra os endossantes e contra o sacador e seus avalistas.
- III - Prescreve em cinco anos, a contar do vencimento do título, a ação cambial contra o aceitante e seus avalistas.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

99. A respeito da Lei nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial), assinale a assertiva correta.

- (A) O pedido de patente de invenção terá de se referir a uma única invenção ou a um grupo de invenções inter-relacionadas de maneira a compreenderem um único conceito inventivo.
- (B) São patenteáveis invenções mesmo que contrárias à moral, aos bons costumes e à segurança.
- (C) O pedido de patente retirado ou abandonado não necessita ser publicado.
- (D) A patente de invenção vigorará pelo prazo de dez anos, e a de modelo de utilidade, pelo prazo de cinco anos contados da data do depósito.
- (E) Prescreve em três anos a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial.

100. Sobre protesto, considere as assertivas abaixo.

- I - A legislação vigente exige o tabelião de protesto da responsabilidade de investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade do título ou documento de dívida, responsabilizando-o apenas pela observância dos seus caracteres formais que obstem o registro do protesto.
- II - Segundo o *caput* do art. 21 da Lei nº 9.492/1997, *o protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução*. No caso de duplicata ou triplicata encaminhada a protesto, aceita ou não, depois de vencida, o protesto será necessariamente por falta de pagamento.
- III - Para o cancelamento do registro do protesto, na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, será necessária, além da declaração de anuência passada pelo credor-endossante, a do apresentante-mandatário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III